

dizem defender os Direitos Humanos. Esqueceram os Direitos Humanos aqui no país.

De direito eu sei que eles não entendem muito, como, por exemplo, a questão da individualização da pena. Não, colocaram lá, arrastaram onze crimes, entre eles terrorismo, por senhoras de 60 ou 70 anos estarem acampadas em frente a um quartel general. Hoje estão em um presídio em Brasília e não há sequer a intenção dessa esquerda em verificar esse tipo de condição desumana em que essas pessoas vivem. Eles aplaudem isso por quê? Porque são adversários políticos, só por conta disso. Golpe, deputado Giannazi? Pelo amor de Deus, que golpe?

Que golpe que aquelas senhorinhas ali poderiam dar no País? Que golpe? Nenhuma ali tinha arma sequer. A gente está querendo agora uma CPI do dia 8 de janeiro. A senhora apoia a CPI do dia 8 de janeiro? Ninguém do PSOL assinou a CPI do dia 8 de janeiro.

Nós já conseguimos as assinaturas regimentais dos senadores no Senado Federal; faltam ainda os deputados. Então convido o senhor aqui a fazer coro e pedir para os deputados do PSOL assinarem esse pedido de CPI para investigar quem financiou, quem quebrou ali o Congresso Nacional, o STF, o Palácio do Planalto.

Porque simplesmente misturar e jogar na cadeia, deputado Giannazi, novecentas, mil pessoas, eu acho que não é de bom tom. Então a sanha encarceradora da esquerda é gritante, porque cometeram um crime? Não, porque são adversários políticos.

Então, enquanto a gente estiver aqui neste plenário, a gente vai estar desmascarando aqui algumas hipocrisias e colocando, obviamente, para a nossa população o rumo correto dessa narrativa que tentam nos pichar: nazista, fascista. Vossa Excelência sabe que não, mas tenho certeza de que V. Exa. se orgulha de ser um comunista.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sra. Presidente. Só para mais uma comunicação? A última do dia.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Eu queria responder novamente ao deputado Gil Diniz. Eu acho estranho o deputado Gil Diniz se preocupando com encarceramento, com pessoas presas. Nunca ouvi o deputado Gil Diniz condenando as prisões que foram feitas durante a ditadura militar no Brasil, a tortura que virou política do Estado da ditadura empresarial militar.

Nunca se pronunciou. Milhares de pessoas foram torturadas, foram presas durante o regime militar. Mulheres grávidas foram violentadas e até mortas, além da tortura. As pessoas foram exiladas, tiveram que sair do Brasil. Nunca V. Exa. se manifestou em defesa daquelas pessoas que foram mortas.

As pessoas que participaram dessa intentona golpista nazifascista do dia 8, em Brasília, muitas delas envolvidas com o tráfico de drogas. Aquela senhora de Santa Catarina estava envolvida, foi condenada por tráfico de drogas, deputado Gil Diniz. São pessoas que sabiam o que estavam fazendo sim.

Essas pessoas estão sendo punidas, mas estão lá numa prisão cinco estrelas. Não tem tortura; elas têm direito à defesa; os advogados estão lá. A Defensoria Pública da União está acompanhando, o Ministério Público. Elas têm todo o suporte, mas durante a ditadura militar foi tortura. Nós tivemos mortes, perseguições e nenhum tipo de direito, e nunca vi V. Exa. se manifestar.

Agora, as pessoas estão tendo tratamento vip, aqueles presos golpistas de extrema direita que V. Exa. apoia. Agora, espero que os organizadores, os financiadores do golpe, do terrorismo praticado em Brasília no dia 8 sejam identificados e punidos com todo o rigor da lei. Lembrando que muitas pessoas já foram soltas. Foram fichadas e já foram...

Pessoas doentes, pessoas idosas já foram libertadas pela Polícia Federal. Então é uma diferença enorme entre quem está preso hoje na Polícia Federal por conta dos atos nazifascistas, terroristas, contra a República, e as pessoas que V. Exa. nunca defendeu, que foram mortas e torturadas no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, presidente. Para finalizar, não passo de um minuto. Para uma breve comunicação?

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental, deputado.

O SR. GIL DINIZ - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Olhe, prisão cinco estrelas para quem está na Papuda mostra que o deputado Giannazi não sabe o que é um presídio aqui no Brasil; na Papuda ou na Colmeia, onde essas mulheres estão (Inaudível.) dos homens ali.

Prisão cinco estrelas, deputado Giannazi? Pelo amor de Deus! Não sei de onde o senhor tirou. Eu sei que o senhor se empolga aqui na narrativa, mas isso não existe. Essas pessoas... Quem cometeu algum crime ali tem que ser punido; concordo com o senhor. A quem financiou os atos criminosos, quem cometeu crimes ali naquele dia. O meu total repúdio. Como eu disse, nós queremos investigar. O governo que o senhor defende já colocou sigilo nas imagens do Palácio. Vocês é que diziam tanto sobre sigilo e tudo mais, o governo colocou sigilo nessas imagens. Nós queremos investigar. Vocês não querem tratar esses prisioneiros, esses homens e mulheres que não cometeram crime algum, crime algum, simplesmente jogá-los em uma cadeia por serem adversários políticos, olha, Alexandre de Moraes fez escola nesse plenário aqui, colocando aqui a defesa dessas arbitrariedades.

Então, enquanto nós tivermos voz e estivermos aqui, vamos, sim, defender a Justiça, defender o direito. Quem cometeu algum crime ali, que pague; agora, generalizar, colocar mil pessoas na cadeia porque alguns elementos ali cometeram alguns crimes não é razoável, não é de bom tom. Mas, seremos aqui, deputada Janaina Paschoal, por quatro anos, um crítico ao governo Lula, um deputado do PL crítico ao governo Lula e um deputado do PSOL obviamente apaixonado pelo Partido dos Trabalhadores, defendendo esse desgoverno.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, se houver acordo aqui entre as lideranças, levantar a presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental. Independentemente dos posicionamentos de cada qual, essa CPMI poderá trazer maiores esclarecimentos sobre o que exatamente aconteceu, como aconteceu, por que aconteceu, com a colaboração de quem aconteceu, seja por ação, seja por omissão. Então acredito que seja uma investigação pública, transparente, a que o País tem direito. Com certeza, a CPMI sanará muitas dúvidas. CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Por que mista? Porque congrega Câmara e Senado, porque nem sempre as pessoas que nos acompanham têm esse conhecimento.

Bom, hoje é sexta-feira de carnaval, teremos aí muitos dias. Para quem vai brincar o carnaval, como diziam os meus avós, são muitos dias de folia. Eu queria pedir para todos, e obviamente aqui não tem nenhum tipo de pregação, nem discurso moralista, não é isso, mas que sejam responsáveis. Sejam responsáveis. Como é que a gente é responsável? Pode namorar? Pode. Pode dançar? Pode. Mas não precisa, vamos dizer assim, perder o controle sobre o próprio corpo, sobre a própria mente.

A música já tem um efeito maravilhoso sobre todos nós, então não precisa de agentes externos, porque, às vezes, a pessoa vai para um baile de carnaval, não sei como se chama agora, vai para a balada, vai para a festa, e acha que para poder se soltar, para poder aproveitar, tem que usar droga, tem que beber para perder a vergonha, por exemplo. Esse tipo de situação normalmente tem consequências muito nefastas para a saúde, para a segurança, seja homem, seja mulher.

Não tem nenhum discurso aqui só para mulheres ou só para homens. Você perde a consciência, pode ser vítima de um abuso inclusive sexual, tanto mulher, como homem. Pode prati-

car um abuso, porque quando se usa droga, lícita ou ilícita, você pode perder também a capacidade de entender os seus limites. Se pegar o carro para dirigir, pode causar um acidente, sofrer lesões, morrer, matar, pode ser atropelado. Comportamento sexual irresponsável também.

Não sei, parece que é moda beijar várias pessoas na mesma noite, fazer sexo com várias pessoas no mesmo período. Isto aqui não tem nenhum discurso religioso, ninguém está aqui dizendo que tem que casar virgem, seja para o homem, seja para a mulher. Mas será que precisa tanto parceiro assim? E, se for ter um relacionamento sexual aí no meio do carnaval, preservativo é passível de ser retirado em todos os postos de saúde. Evita-se contrair uma doença sexualmente transmissível, evita-se uma gravidez não planejada; automaticamente se evita aborto, evitam-se crianças depois de nove meses indesejadas. Eu sei que essa frase é pesada, mas eu que estudo questões de violência, de Segurança Pública, sei que tem impacto.

Então, acho assim, são quatro ou cinco dias que podem ser muito bem aproveitados, podem ser importantes para a cultura, para o lazer, para a interação. Vamos aproveitar com responsabilidade. O nosso plenário volta apenas na próxima quinta-feira, está bom?

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lide-ranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de quinta-feira, dia 23 de fevereiro, dia de nascimento da minha avó, à hora regimental, sem Ordem do dia. Está levantada a presente sessão. Bom carnaval a todos.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 5 minutos.

23 DE FEVEREIRO DE 2023 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: CARLOS GIANNAZI e DANIELA BRAGA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - JANAINA PASCHOAL Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - DANIELA BRAGA Assume a Presidência.
4 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - JANAINA PASCHOAL Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - JANAINA PASCHOAL Para comunicação, faz pronunciamento.
8 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - CARLOS GIANNAZI Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
10 - PRESIDENTE DANIELA BRAGA Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do período adicional do dia 24/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Sra. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Dando início à leitura dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Lula Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Castello Branco. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Com a palavra a deputada Janaina Paschoal, que fará uso regimental da tribuna.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todas as pessoas que nos acompanharam. V.Exa., Sr. Presidente, colegas deputados, senhores funcionários; quero aqui externar, como já fiz nas minhas redes sociais, as minhas condolências às famílias de todas as vítimas das chuvas, dos desabamentos, das enxurradas, no litoral aqui do estado de São Paulo.

Aos amigos, aos parentes das pessoas que vieram a óbito, a minha solidariedade às famílias dos desabrigados, às pessoas que perderam o que tinham e o que não tinham em virtude dessa catástrofe que se abateu sobre o nosso Estado. Na condição de deputada aqui em São Paulo, agradecer toda a ajuda que vem sendo remetida por todos os estados da Federação, autoridades dos mais diversos partidos.

E dizer desde logo, obviamente, que a gravidade do quadro nem careceria, mas apoiar aqui a decisão do governador de decretar estado de calamidade com todas as consequências fiscais, orçamentárias que essa decisão acarreta. Todos sabem o tanto que eu sou exigente diante de um pleito de decreto de estado de calamidade, mas a situação é tão notável, tão evidente que já fica aqui todo o meu apoio a essa decisão do governador de decretar estado de calamidade.

E eu gostaria de pedir para os eleitores do governador, os apoiadores do governador, muitos desses eleitores e apoiadores foram também, são eleitores e apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, e nesse últimos dias muitos desses eleitores e apoiadores atacaram o governador, cobraram o governador, porque o governador recebeu o presidente da República no meio dessa situação toda. Quando o presidente da República fez uso da palavra, o governador ficou ali ao lado, o governador cumprimentou o presidente da República, agradeceu a ajuda que foi enviada e, imediatamente, ele passou a ser atacado. Então aqui eu queria fazer duas ponderações. A primeira ponderação é de ordem institucional. Quando uma pessoa se dispõe a ocupar um cargo público, ela precisa, primeiro, estudar o cargo, entender o cargo para avaliar se ela tem condições de desempenhar aquele cargo, respeitar e cumprir a liturgia do cargo.

Então um governador de um estado da Federação não pode deixar de receber ou maltratar um presidente da República, não importa a sua ideologia, não importa o seu partido, não importa sequer se há ou houve conflitos pessoais entre as duas autoridades. Porque naquela situação um representa o País, a União, e o outro representa um dos estados da Federação, com as responsabilidades inerentes a esses mesmos cargos.

Ainda que fosse uma solenidade, o governador estaria obrigado a receber bem o presidente da República aqui no Estado. Agora, diante da gravidade do quadro, se ele tivesse um comportamento diferente do que teve, ele poderia até ser penalizado, porque um melindre da parte de um governador de Estado pode prejudicar todo um povo, pode prejudicar o próprio Estado.

Então, ao lado dos deveres do cargo, da liturgia do cargo, existe a necessidade de colocar os interesses do Estado e do seu povo, povo vitimado por essas chuvas sem precedentes, acima de melindres e de questionculas políticas. Por uma ironia do destino, os jornais hoje, os veículos de comunicação trazem um conflito entre a deputada federal reeleita Carla Zambelli e o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Eu quero fazer um paralelo entre o comportamento do governador Tarcísio de Freitas e o da deputada Carla Zambelli, porque o governador está sendo acusado de traidor. Por que, se ele nunca, em nenhum momento, se apresentou ou prometeu subserviência a quem quer que seja?

Muito pelo contrário, durante a campanha ele disse que teria um relacionamento urbano, um relacionamento institucional com quem viesse a ser eleito presidente da República. Podem resgatar. E toda vez que perguntado, ele agradece ao presidente pelo apoio, ele reconhece o papel do presidente na sua eleição. Não teria como deixar de reconhecer, porque existiu, sim, esse papel.

Agora, a deputada Carla Zambelli, diferentemente do governador Tarcísio, lançou mão durante toda a campanha para o primeiro turno, que é quando são eleitos os parlamentares, de um discurso radical, de um discurso agressivo, de um discurso instigador desses atos todos que aconteceram em frente aos quartéis.

Por quê? Porque o povo, iludido, queria alguém que reverenciasse o presidente, alguém que se mostrasse fiel ao presidente, alguém que aplaudisse o presidente em qualquer situação. E esse alguém era a deputada Carla Zambelli, que hoje, somente hoje, diz que percebeu que os discursos foram excessivos, que o presidente deveria ter pedido para os seus apoiadores terem voltado às suas casas, que se a postura do presidente tivesse sido outra, e de seus apoiadores, talvez o 8 de janeiro não tivesse acontecido.

Só hoje, depois de estar reeleita, ela percebeu tudo isso, muito embora tantas pessoas, eu inclusive, tenham alertado a deputada, a população.

Aliás, eu alertei a deputada desde 2019, quando ela, pessoalmente, convocou as primeiras manifestações em suposto apoio ao presidente Bolsonaro.

Por que eu estou dizendo tudo isso? Por recalque, por vingança, por mágoa? Pode ser que alguém interprete dessa forma. É da democracia.

Mas eu estou dizendo tudo isso, pelo amor de Deus, para que esse povo aprenda. Para que esse povo aprenda que esses discursos, que agradam demais, que buscam “likes”, de pessoas que reverenciam outros seres humanos, são discursos interessados e interesseiros. Porque era interessante, para a deputada, e outros tantos parlamentares, que se elegeram no primeiro turno – porque os parlamentares se elegem no primeiro turno – era interessante fazer a vassalagem aos ex-presidente da República porque, com isso, os apoiadores mais “raiz” votariam nela. Era interessante.

Agora, que o ex-presidente perdeu, e que ela precisa se manter no poder, diante de ações e investigações, é interessante fazer um discurso mais moderado. Então não é melhor uma pessoa que fala o que pensa, o que é como é, independente dos interesses do momento? Então, o que eu peço é um pouco de comedimento, um pouco de aprendizado diante o que aconteceu no nosso passado recente.

Graças ao radicalismo da deputada, e outros tantos apoia-dores radicais do presidente, “raízes”, a esquerda voltou ao poder. E, na minha percepção, com todo o respeito à divergência, o País retrocedeu significativamente. Graças aos discursos como os da deputada, tem pessoas, que jamais se envolveriam com crime, presas.

Então vamos aprender com esse passado recente e entender uma autoridade que age com responsabilidade. Porque, se começarem a bater no governador, que já tem dificuldades enormes a enfrentar nesse Estado, que não é brincadeira, só vão conseguir fragilizar mais uma força de direita neste País. E todos perderemos. Em especial a democracia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Gostaria de chamar V. Exa. para continuar presidindo essa sessão.

- Assume a Presidência a Sra. Daniela Braga.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Continuando a chamada do Pequeno Expediente, deputado Gil Diniz. (Pausa.)

Na lista suplementar, Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia.

Em primeiro lugar, eu gostaria de manifestar a minha solidariedade aos familiares, aos amigos das vítimas, sobretudo das pessoas que morreram, das pessoas que perderam as suas casas, das pessoas que estão praticamente ao relento na região do Litoral Norte de São Paulo. E dizer que essa foi uma tragédia anunciada, por conta da omissão do poder público. Todos os fatos levam a isso.

Muitas pessoas falam: “foi a força da natureza, a vingança da natureza”. Não foi nada disso. Jogam a culpa na natureza. Foi, na verdade, a culpa da omissão do Poder Público, das três esferas do governo federal, do governo Bolsonaro, do Governo do Estado de São Paulo e das próprias prefeituras, da prefeitura da região também.

Quero repercutir algumas notícias, fundamentando o que eu estou falando. O IPT, que é o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, apontou há quatro anos atrás 161 casas em áreas de alto risco em São Sebastião. O IPT já tinha cantado a bola naquela região. O Ministério Público Estadual identificou há três anos o aumento do risco ligado ao crescimento de ocupação irregular. O Ministério Público Estadual já alertando, denunciando...

A própria Assembleia Legislativa de São Paulo não tomou as providências cabíveis. Saiu agora uma matéria no “G1”, mostrando, claramente, com todos os dados levantados corretamente, nós checamos e a matéria é correta, dizendo o seguinte: os últimos governos do estado de São Paulo investiram apenas 62% das verbas aprovadas para a prevenção desses acidentes climáticos.

Nós aprovamos no Orçamento, mas a Assembleia Legislati-va tem um problema sério, ela não fiscaliza o Poder Executivo, salvo raríssimas exceções. Mas, no seu conjunto, como a Alesp é um puxadinho do governo, é um departamento que apenas homologa as decisões do Palácio dos Bandeirantes, ela não fiscaliza.

Temos vários casos de corrupção, por exemplo, no Rodoa-nel, na Dersa, na FDE, enfim, várias áreas que não são investi-gadas as denúncias pela Assembleia Legislativa.

É muito difícil aprovar uma CPI na Alesp que investigue esses casos de superfaturamento, de corrupção, de pagamento de propina, de desvio de recursos públicos, porque a Alesp faz a blindagem do Poder Executivo. Isso já dura mais de 30 anos e, pelo jeito, vai continuar com esse novo governo.

Então, temos aqui três notícias – o IPT já tinha alertado, o Ministério Público já tinha alertado, o governo estadual deixou de investir na prevenção, mesmo com a aprovação dos recursos feita pela Assembleia Legislativa -, mas tem mais um dado que vem do governo federal. O governo Bolsonaro, antes de sair, deixou uma bomba. Ele cortou 99% das verbas para a Defesa Civil e prevenção de desastres naturais. O Bolsonaro cortou 99 por cento.

Foi feito todo um esforço para aprovar a famosa PEC que a imprensa empresarial – a mídia que defende os interesses dos especuladores da dívida pública, dos grandes bancos nacionais

e internacionais, de quem lucra, das pouquíssimas pessoas que lucram no Brasil com o aumento de juros e com o mercado financeiro – falou que era a PEC da ganstança, que o governo Lula fez gestões para aprovar antes de assumir, exatamente, para dar um fôlego de investimento nessas áreas sociais.

Mas o fato é que o governo Bolsonaro cortou 99 por cento. Então é governo federal contra a população, governo estadual contra a população, alertas que foram feitos pelo IPT, pelo Ministério Público e nada. Então, deu nisso. E isso vai acontecer em outras regiões, porque não há investimento.

Acrescento ainda, Sra. Presidente, um fato gravíssimo. O governo passado, aqui de São Paulo, a gestão Doria, aprovou aqui na Assembleia Legislativa, o famigerado PL 529, que extinguiu ... Em plena crise climática, o governo Doria, o governo do PSDB em São Paulo, com o apoio da Assembleia Legislativa – eu votei contra o projeto, logicamente – aprovou a extinção do Instituto Florestal, a extinção do Instituto Geológico, oha só o absurdo... A extinção do Instituto de Botânica, sem contar a extinção da Sucen também. São institutos importantes na prevenção desse tipo de crise climática, de acidentes, enfim, de tragédias. São institutos fundamentais. E nós lutamos, nós exigimos a recriação desses institutos.

Faço um apelo aqui ao governador Tarcísio de Freitas, para que faça a recriação imediata do Instituto Florestal, do Instituto Geológico, do Instituto de Botânica e da Sucen. É fundamental que o governador tome essa iniciativa para fazer uma reparação. Se o governador tem, realmente, algum compromisso com a defesa do meio ambiente, uma das primeiras medidas que o governador tem que fazer é a recriação desses três institutos. Repito: o Florestal, o Geológico e o de Botânica.

E mais a Sucen, que trata da questão do combate às endemias no estado de São Paulo, que está à deriva, porque não tem mais quem faça esse combate. A Sucen era um órgão do SUS que fazia; não tem mais quem faça. E por isso que a dengue está voltando, a malária está voltando. Várias endemias estão voltando, no estado de São Paulo, porque o Doria extinguiu a Sucen no auge da pandemia.

Então, faço aqui esse pedido e essa exigência ao governa-dor do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Continuando com os oradores inscritos, deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sra. Presidente. Queria noticiar que hoje pela manhã eu estive na Secretaria de Ciência e Tecnologia, fui recebida pelo secretário da Pasta, Prof. Vahan, nosso sempre magnífico reitor, e também pelo secretário-adjunto, Dr. Thiago. Quero agradecer a acolhida.

E eu fui tratar... Na verdade, a pauta principal foi a Unesp. Já falei aqui nesta tribuna sobre a Unesp. Antes da eleição, fui procurada pelo presidente do diretório acadêmico, acompa-nhado de outros diretores do diretório; e eles estavam, aquela época, muito preocupados com eventuais mudanças que poder-iam ocorrer, a depender do resultado das eleições.

E era muito interessante, porque eles estavam com medo tanto se ganhasse Tarcísio, como se ganhasse Haddad, porque eles não se sentiam seguros, vamos dizer assim, com relação ao reconhecimento, por parte dos candidatos à época, frente ao trabalho e à importância da instituição. Tentando ajudar os alunos, eu pedi, naquela oportunidade, antes das eleições, uma audiência com o então presidente da Univesp, Prof. Rodolfo, que me recebeu muito bem, me deu uma verdadeira aula de Univesp.

Muito embora eu seja uma filha da USP, tanto ex-aluna como professora, eu confesso que não tinha tanta familiaridade assim com a Univesp, que é a Universidade Virtual do Estado de São Paulo, universidade a distância, universidade cujas aulas são todas ministradas mediante vídeos gravados na TV Cultura, Fundação Padre Anchieta.

Então, eu fui conhecer melhor esse trabalho. E desde então virei uma fã de carteirinha, uma entusiasta da Univesp, dos avanços que aconteceram. E sempre destaco que, para além da universalização ou de uma maior popularização do ensino superior, para além dessa facilidade das aulas a distância, a Univesp tem um papel muito importante, que é de formar mão de obra qualificada nas várias cidades do estado de São Paulo.

Por quê? Porque os polos são montados nos municípios. Então, parcerias são efetivadas entre a Univesp e os senhores prefeitos, para que polos sejam montados nos municípios, para que os alunos, muito embora tenham as aulas a distância, possam fazer os seus exames no seu próprio município.

E o que isso tem de bom, além da facilidade de poder fazer a prova no seu município ou na sua região? É um estímulo para que aquele estudante permaneça na sua cidade, porque como as universidades, as faculdades são sempre instaladas nas cida-des maiores, vamos dizer assim, essas cidades acabam, vamos dizer, emprestando, roubando os quadros dos municípios que não têm faculdades ou universidades.

A Univesp permite que o filho do município pequeno estu-de e permaneça no município pequeno. É óbvio que a pessoa pode sair, a pessoa pode mudar, mas nós temos um modelo que estimula a permanência das pessoas que buscam uma qualificação mediante o ensino superior. Então, para além de um programa educacional, é também um programa de trabalho, de qualificação, de formação de mão de obra, de estímulo para que empresas, indústrias e empreendimentos na área do Turis-mo se firmem nos muitos municípios do nosso Estado.

Então eu fui hoje à Secretaria de Ciência e Tecnologia para mostrar esse olhar amoroso para com a Univesp, para falar um pouquinho da minha experiência, Presidente, visitando muitos municípios e ouvindo de muitos prefeitos e vereadores a dificuldade que eles têm de fazer os jovens ficarem, a dificul-dade que eles têm muitas vezes de conseguirem pessoas para trabalharem nas grandes empresas, nas grandes indústrias que se instalam ali.

Então eu fui passar um pouquinho dessa experiência e obviamente aprender com a experiência dos secretários, em especial do secretário que foi também reitor da Universidade de São Paulo. Fiquei contente não só por ter sido muito bem recebida, mas porque senti que existe esse olhar carinhoso para com a Univesp, existe a preocupação não só de manter as conquistas alcançadas, mas quiçá de alargar o alcance dessa universidade virtual cujos frutos são muito reais, Sra. Presidente.

Então eu quero aqui reforçar esse pedido ao Sr. Secretário, ao Sr. Governador e ao Sr. vice-Governador, que eu sei que apoiou muito a Univesp lá em São José dos Campos, para que tenham esse olhar amoroso e para que vejam como vale a pena investir nessa universidade que tem um orçamento tão baixo e um impacto tão grande, seja em alcance regional, seja em número de alunos de graduação e pós-graduação.

Então é isso, Sra. Presidente. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Seguindo a lista dos oradores inscritos, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sra. Presidente, de volta à tribuna no dia de hoje, quero aqui repudiar mais uma vez essa decisão da Secretaria da Edu-cação em agir, em violar a Lei Federal 11.738, de 2008, que instituiu o piso nacional salarial do Magistério.

Foi uma lei que representou uma conquista histórica do Magistério nacional. Nós aprovamos essa lei em 2008, ela foi questionada no Supremo Tribunal Federal por cinco estados, e o Supremo confirmou a lei, disse que a lei tem que ser cumprida pelos estados e pelos municípios não só com o valor do piso, mas também com a jornada do piso.

No entanto, o estado de São Paulo teima em dar continui-dade a um tipo de comportamento que era do PSDB. O governo Tarcísio já anunciou, através do seu secretário, o dono da Multilaser, que tem aqueles contratos milionários com o Estado, Renato Feder, que vai cumprir a lei - e tem que cumprir, porque